

Título:
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA
INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:
TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO
05/04/2023 – 04/05/2023

1. Objeto
2. Justificativa
3. Dados referenciais
4. Descrição dos Serviços
5. Apresentação das Propostas
6. Forma de Pagamento
7. Qualificação e Habilitação
8. Local de realização dos Serviços
9. Obrigações da PPSA
10. Obrigações da CONTRATADA
11. Sanções Administrativas
12. Prazo de Execução e Vigência
13. Equilíbrio Econômico-financeiro e Reajustamento
14. Confidencialidade das Informações
15. Das Declarações e Garantias Anticorrupção

Título:
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA
INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:
TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO
05/04/2023 – 04/05/2023

1. OBJETO

Contratação de prestação de serviços regulares de **AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE** para os exercícios fiscais (trimestral e anual) de 2023 a 2026, compreendendo o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação dos serviços indicados no item “1. OBJETO” são de demanda continuada e imprescindíveis para o cumprimento das obrigações legais e estatutárias da Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A – PPSA (“PPSA”), conforme estabelecido nos seguintes dispositivos:

- artigo 16, parágrafo único, do Decreto nº 3.591/2001, de 6 de setembro de 2001, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 4.440/2002, de 25 de outubro de 2002;
- artigo 177, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/1976, de 15 de dezembro de 1976;
- artigo 4º, inciso III, do Decreto nº 3.735/2000, de 24 de janeiro de 2000;
- artigo 8º, inciso III, do Lei nº 13.303/2016, de 30 de junho de 2016;
- artigo 12, parágrafo único, do Decreto nº 8.945/2016, de 27 de dezembro de 2016; e
- artigo 56, inciso VI, do Estatuto Social da PPSA, que dispõe que compete à Diretoria Executiva, dentre outras, promover a elaboração, em cada exercício, das demonstrações contábeis submetendo estas a auditoria independente.

3. DADOS REFERENCIAIS

A PPSA, com sede no SBS, quadra 2, nº 12, bloco E, sala 206, sobreloja, parte U12, Asa Sul, Brasília/DF, e Escritório Central situado na Avenida Rio Branco, nº 1 – 4º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, é uma empresa pública de direito privado, criada pelo Decreto nº 8.063/2013, em conformidade com o disposto na Lei nº 12.304/2010, organizada sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”), com prazo de duração indeterminado.

A companhia possui filial na Rua Augusta, nº 101, sala 1016, unidade 3, São Paulo/SP, cuja finalidade é a de um estabelecimento fiscal para fins de registro das operações de comercialização de Petróleo, de Gás Natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, no estado de São Paulo.

A PPSA é controlada pela União, que detém 100% do capital social, e tem por objeto a gestão dos contratos de Partilha da Produção e de comercialização de Petróleo e Gás Natural da União. Ademais, incumbe à estatal representar a União nos procedimentos de Individualização da Produção e nos acordos deles decorrentes, quando as jazidas compartilhadas se estendam para áreas não contratadas no interior do polígono do pré-sal, assim como nos Acordos de Coparticipação envolvendo os Volumes Excedentes da Cessão Onerosa.

Título:
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA
INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:
TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO
05/04/2023 – 04/05/2023

A companhia não é responsável pela execução, direta ou indireta, das atividades de Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo, de Gás Natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, competindo-lhe representar a União nos Consórcios formados para a execução dos contratos de Partilha de Produção, defender os interesses da União nos comitês operacionais, entre outras atribuições, sujeitando-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários.

Para realização dos serviços de auditoria externa independente cabe informar que a PPSA iniciou as suas atividades em agosto de 2013 e apresenta o seguinte perfil sintetizado para os exercícios de 2023 a 2026:

Descrição	2023	2024	2025	2026
Empregados	74	74 + 70 concursados	74 + 70 concursados	60 + 70 concursados
Diretores	4	4	4	4
Conselheiros	5 Administração - 3 titulares Fiscal e 3 suplentes Fiscal	5 Administração - 3 titulares Fiscal e 3 suplentes Fiscal	5 Administração - 3 titulares Fiscal e 3 suplentes Fiscal	5 Administração - 3 titulares Fiscal e 3 suplentes Fiscal
Comitê Auditoria	3	3	3	3
Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Remuneração e Sucessão	3	3	3	3

- **Pessoal em folha de pagamento:** Terceirizada – Cabrera Consulting Assessores Contábeis Ltda.
- **Reuniões da Diretoria Executiva:** semanais.
- **Reuniões do Conselho de Administração:** mensais.
- **Reuniões do Conselho Fiscal:** mensais.
- **Reuniões do Comitê de Auditoria:** quinzenais.
- **Contabilidade/Fiscal:** Terceirizada – Cabrera Consulting Assessores Contábeis Ltda.
- **NFS-e** – 12 NFS'e emitidas anualmente contra um único cliente (MME) referentes à gestão de contratos da União, além de eventuais referentes ao bônus de assinatura.
- **DANFE de circulação de Petróleo e Gás Natural da União** – emitidas em Estados diferentes.

2023	2024	2025	2026
725	915	1.015	1.200

- **Notas Fiscais recebidas** – 950 NF's recebidas (em torno de 80 mensais).

Título:
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA
INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:
TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO
05/04/2023 – 04/05/2023

- **Receita em 2022:** R\$ 91,05 milhões – prestação de serviço e bônus de assinatura.
- **Pagamentos efetuados:**

2023	2024	2025	2026
2.576	2.705	2.840	2.980

- **Registros contábeis:**

2023	2024	2025	2026
7.302	7.668	8.051	8.450

- **Comercialização de Petróleo e Gás Natural** - Valor estimado em bilhões de reais:

2023	2024	2025	2026
9,1	15	25	40

Deverá ser emitido o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis de cada trimestre e do exercício social, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, acompanhadas das Notas Explicativas, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações.

4. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Exame dos registros contábeis, avaliação de procedimentos de controles internos, de contabilidade, de patrimônio e de informática, revisão dos procedimentos fiscais e tributários incluindo a Declaração de Imposto de Renda Escrituração Contábil Fiscal ("ECF"), avaliação das práticas contábeis em consonância com as legislações vigentes, exame das Demonstrações Contábeis emitindo o respectivo Relatório dos Auditores Independentes, bem como a emissão de Relatórios e Documentos, na forma prevista neste Termo de Referência.

Para todos os exercícios, os serviços descritos deverão ser executados após o final de cada trimestre, no final do exercício social e serão concluídos com o término das obrigações acessórias, com a entrega, pela PPSA, da ECF, cuja data limite de entrega é o último dia do mês de julho do ano posterior ao do período de escrituração ou na data que vier a ser definida em lei.

Título:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:

TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO

05/04/2023 – 04/05/2023

4.1 ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS DE AUDITORIA

A – **Revisão Limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias (trimestrais)** - relativa ao período trimestral, a ser realizada em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC, Lei das Sociedades por Ações, Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, bem como as Instruções, Normas e Procedimentos emanados da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, principalmente CVM 480 referente ao prazo de entrega das Demonstrações Contábeis trimestrais e outros aplicáveis a cada caso.

B- **Auditoria da Demonstração Contábil Anual** – relativa ao exercício social, compreendendo 01 de janeiro a 31 de dezembro, a ser realizada em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC, Lei das Sociedades por Ações, comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, bem como as Instruções, Normas e Procedimentos emanados da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e outros aplicáveis a cada caso.

C - **Revisão dos Procedimentos Fiscais e Tributários** - compreendendo o exame e a avaliação anual, à luz da legislação vigente, dos procedimentos adotados mensalmente para retenção, registro, controle, recolhimento, recuperação e contabilização dos tributos, inclusive revisão das Declarações do Imposto de Renda - Pessoa Jurídica.

D – **Revisão dos Controles de Estoque de Petróleo e Gás Natural da União** - compreendendo o exame e a avaliação anual dos procedimentos adotados mensalmente para controle de entrada e saída da movimentação do óleo e gás, registro, recolhimento do ICMS, crédito do ICMS e contabilização, inclusive revisão das obrigações acessórias.

E - **Avaliação dos Procedimentos de Controles Internos, de Contabilidade, de Patrimônio e de Informática** - compreendendo a avaliação anual do regimento interno, normas e procedimentos, segurança das informações nos sistemas internos e externos utilizados pela PPSA.

4.2 RELATÓRIOS E DOCUMENTOS

Como resultado dos serviços regulares e especiais de auditoria, deverão ser elaborados e emitidos pela CONTRATADA, os seguintes relatórios e documentos:

A - **Relatórios de Revisão Limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias (trimestrais)** - elaborado de forma concisa, contendo as Demonstrações Contábeis relativas aos trimestres examinados e as respectivas Notas Explicativas, incluindo parecer profissional pertinente, em 01 (uma) vias em português e inglês encadernados de forma espiral e em meio digital nos formatos **.xls** para as Demonstrações Contábeis Intermediárias, **.doc** para as Notas Explicativas e **.pdf** para as Demonstrações Contábeis Intermediárias completas.

Título:
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA
INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:
TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO
05/04/2023 – 04/05/2023

B- Relatório de Auditoria da Demonstração Contábil Anual - elaborado de forma concisa, contendo as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social anual examinados e as respectivas Notas Explicativas, incluindo parecer profissional pertinente, em 02 (duas) vias em português e inglês encadernados de forma espiral e em meio digital nos formatos **.xls** para as Demonstrações Contábeis Anuais, **.doc** para as Notas Explicativas e **.pdf** para as Demonstrações Contábeis Anuais completas.

C - Relatório de Revisão dos Procedimentos Fiscais e Tributários - com comentários sobre as constatações decorrentes da revisão fiscal, inclusive fatos relevantes que forem identificados pelos testes de auditoria. Esses comentários deverão ser acompanhados de recomendações para adoção de medidas corretivas cabíveis, quando for o caso. O relatório em pauta deverá ser preparado em 1 (uma) via, em português, encadernado de forma espiral e em meio digital no formato **.pdf**.

D – Relatório de Revisão dos Controles de Estoque de Petróleo e Gás Natural da União - compreendendo o exame e a avaliação anual dos procedimentos adotados mensalmente para controle de entrada e saída da movimentação do óleo e gás, registro, recolhimento do ICMS, crédito do ICMS e contabilização, inclusive revisão das obrigações acessórias e recomendação de práticas de controle interno. O relatório em pauta deverá ser preparado em 1 (uma) via, em português, encadernado de forma espiral e em meio digital no formato **.pdf**.

E - Relatório sobre Procedimentos de Controles Internos, de Contabilidade, de Patrimônio e de Informática - com comentários sobre as constatações decorrentes das avaliações sobre as aplicações das normas, regimento e procedimentos internos, guia de competência, procedimentos de contabilidade, revisão dos procedimentos de controle dos bens patrimoniais, avaliação da gestão da segurança da informação abrangendo análise de riscos, ameaças e vulnerabilidades nos sistemas utilizados pela PPSA internos e externos. O relatório em pauta deverá ser preparado em 1 (uma) via, em português, encadernado de forma espiral e em meio digital no formato **.pdf**.

4.3. CRONOGRAMA ESTIMADO

Evento	Prazo
Assinatura do Contrato	Data da assinatura
Prazos de Mobilização	Até 5 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato e sempre que necessário para o início dos trabalhos de auditoria trimestral ao longo da execução contratual.
1ª Reunião de Trabalho	Até 5 (cinco) dias úteis após assinatura do contrato
Serviços referentes ao 1º Trimestre, conforme alínea A indicada no subitem 4.2 deste Termo de Referência	Até 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento do trimestre.
Serviços referentes ao 2º Trimestre, conforme alínea A indicada no subitem 4.2 deste Termo de Referência	
Serviços referentes ao 3º Trimestre, conforme alínea A indicada no subitem 4.2 deste Termo de Referência	
Serviços referentes ao 4º Trimestre, conforme	

Título:
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA
INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:
TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO
05/04/2023 – 04/05/2023

alínea A indicada no subitem 4.2 deste Termo de Referência	
Serviços referentes ao exercício social conforme alínea B indicada no subitem 4.2 deste Termo de Referência	Até 60 (sessenta) dias antes da data da AGO da PPSA.
Serviços referentes à alínea C indicada no subitem 4.2 deste Termo de Referência	Até o mês de julho do Exercício Fiscal Posterior.
Serviços referentes à alínea D indicada no subitem 4.2 deste Termo de Referência	Até o mês de junho do Exercício Fiscal Posterior.
Serviços referentes à alínea E indicada no subitem 4.2 deste Termo de Referência	Até 60 (sessenta) dias antes da data da AGO da PPSA.

5. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser apresentadas conforme quadro abaixo e o valores estimados, totais e unitários, estão descritos no item 13 deste termo de referência.

Item	Descrição Prestação de Serviços	Qtd	Preço Unitário (R\$)	Preço Total Anual (R\$)	Preço Total 4 anos (R\$)
1	Relatório de Revisão Limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias (trimestrais), conforme alínea A do subitem 4.2 deste Termo de Referência.	4			
2	Relatório de Auditoria da Demonstração Contábil Anual, conforme alínea B do subitem 4.2 deste Termo de Referência.	1			
3	Relatório de Revisão dos Procedimentos Fiscais e Tributários, conforme alínea C do subitem 4.2 deste Termo de Referência.	1			
4	Relatório de Revisão dos Controles de Estoque de Petróleo e Gás Natural da União, conforme alínea D do subitem 4.2 deste Termo de Referência.	1			
5	Relatório sobre Procedimentos de Controles Internos, de Contabilidade, de Patrimônio e de Informática, conforme alínea E do subitem 4.2 deste de Termo de Referência.	1			
Subtotal 1 - Prestação de Serviços					
6	Despesas reembolsáveis, quando solicitadas pela PPSA e mediante comprovação, relativas ao comparecimento à reuniões do Comitê de Auditoria, dos Conselhos de Administração e Fiscal e Assembleia Geral Ordinária (*).	2	3.630,00 (*)	7.260,00(*)	29.040,00(*)
Subtotal 2 – Despesas reembolsáveis				7.260,00	29.040,00
Preço Total Proposto (Subtotal 1 + Subtotal 2)					

(*) Passagem aérea, hospedagem, alimentação e taxi. Valor fixado pela PPSA, conforme valores praticados pelo fornecedor da PPSA no período de janeiro/2023 e ajustados a 2 (duas) viagens, por ano, para os exercícios de 2023 a 2026.

Título:
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA
INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:
TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO
05/04/2023 – 04/05/2023

6. FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será efetivado após o recebimento da documentação de cobrança e aprovação de cada item pela PPSA, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do que acontecer por último.

O reembolso será efetivado após o recebimento da documentação comprobatória e da sua aprovação pela PPSA, por evento, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do que acontecer por último.

A PPSA efetuará a retenção de impostos, taxas e contribuições, quando devidos na fonte, em conformidade com a legislação em vigor (inclusive a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 considerando as suas alterações).

7. QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

7.1 Habilitação Técnica:

a) Um ou mais Atestado(s) ou Declaração(ões) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado que comprove a:

a1) aptidão da pessoa jurídica participante para desempenho da atividade de auditoria externa em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, que executem a atividade de comercialização de óleo bruto de Petróleo e/ou Gás Natural no Brasil; **ou**

a2) experiência profissional de seus sócios nas atividades de auditoria externa em empresas de Exploração e Produção de Petróleo, que executem a atividade de comercialização de óleo bruto de Petróleo e/ou Gás natural no Brasil;

b) Registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC (“CRC”) da pessoa jurídica e do responsável técnico;

c) Registro da pessoa jurídica na Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”);

7.2 Qualificação Econômico-Financeira:

a) Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício – DRE (“DRE”), Recibo de Entrega e Termo de Abertura/Encerramento do último exercício social, retirados do Sistema Público de Escrituração Digital (“SPED”), que comprovem que a pessoa jurídica possui Patrimônio Líquido positivo, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

a.1) No caso de uma pessoa jurídica enquadrada no regime de tributação Simples Nacional, em que não há obrigatoriedade de emissão do SPED, deverá ser apresentado o balanço, acompanhado com a DRE, válido do último exercício social assinados por contador com CRC e registrado na respectiva Junta Comercial.

b) Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Não serão aceitos os documentos que não indicarem a data de validade, a não ser aquelas que tenham sido emitidas nos últimos 90 (noventa) dias em relação à data da sessão pública, prevista no Edital.

Título:
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA
INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:
TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO
05/04/2023 – 04/05/2023

8. LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1 Dada a natureza dos serviços, que envolvem o trâmite de documentos sigilosos, o cumprimento de prazos exíguos para processamento e devolução de documentos, a realização de reuniões periódicas no Escritório Central da PPSA e contatos telefônicos frequentes, a CONTRATADA deverá executar os serviços que envolvem análises documentais no Escritório Central da PPSA, na cidade do Rio de Janeiro, local onde será disponibilizada a infraestrutura necessária para o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria (sala reservada, telefone, copiadora e digitalizadora de documentos e acesso à *internet*).

9. OBRIGAÇÕES DA PPSA

9.1 Proporcionar todos os meios necessários para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços dentro das normas estabelecidas no contrato a ser celebrado;

9.2 Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração ou do endereço de cobrança;

9.3 Acompanhar e fiscalizar a execução do instrumento contratual, por meio de representante especialmente designado, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o contrato. A execução do instrumento contratual será acompanhada e fiscalizada seguindo orientações da legislação vigente;

9.4 Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência irregular relacionada com a execução dos serviços, podendo determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

9.5 Efetuar os pagamentos dos valores correspondentes aos serviços prestados no prazo contratado, desde que atendidas às formalidades necessárias;

9.6 Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos do contrato a ser celebrado;

9.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

9.8 Disponibilizar o local e os meios materiais e tecnológicos (incluindo acesso à *internet*, mas não inclui computadores, materiais de escritório) para que a CONTRATADA possa desempenhar os serviços definidos neste Termo de Referência;

9.9 Permitir acesso dos profissionais da CONTRATADA às instalações onde serão executados os serviços previstos neste Termo de Referência, independentemente de permissão prévia, desde que estejam devidamente credenciados, portando crachá de identificação e exclusivamente para execução destes serviços.

Título:
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA
INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:
TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO
05/04/2023 – 04/05/2023

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras previstas no contrato a ser celebrado e dos itens abaixo arrolados, o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária.

10.1 Quanto aos serviços:

10.1.1 Atender e manter, durante a execução do contrato, os níveis mínimos de qualificação técnico/operacional para prestar os serviços contratados com qualidade, utilizando-se de técnicos qualificados, atendendo aos prazos e condições convencionados;

10.1.2 Os serviços de auditoria deverão ser prestados por profissionais especializados em cada área;

10.1.3 Executar fielmente os serviços, de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas no contrato e em rigorosa observância às normas e procedimentos técnicos e tudo o mais que necessário for à perfeita execução dos serviços, ainda que não expressamente mencionado;

10.1.4 Fornecer todo o pessoal necessário e adequado à execução dos serviços, conforme indicado no item “7 – Qualificação e Habilitação”, subitem 7.1, alínea d;

10.1.5 A substituição de qualquer um desses profissionais poderá ser admitida, desde que sejam utilizados profissionais de experiência equivalente ou superior, previamente aprovados pela PPSA, nos termos das condições de qualificação exigidas no Edital desta licitação.

10.1.6 Adotar os padrões e normas de auditoria internacionalmente aceitas;

10.1.7 Arcar com todas as despesas de seu pessoal, respondendo pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e securitários;

10.1.8 Fornecer todos os materiais e serviços próprios à execução dos trabalhos, competindo-lhe, ainda, o fornecimento das demais utilidades indispensáveis ao cumprimento do objeto contratual, quando no âmbito de seus escritórios;

10.1.9 Designar, no mínimo, um Representante Geral, responsável pela execução do contrato, e um responsável/coordenador técnico, os quais se responsabilizarão integralmente pelos serviços prestados;

10.1.10 Observar o perfeito cumprimento do objeto desta contratação, submetendo-se a mais ampla fiscalização da PPSA, por meio de representante por esta indicado, que poderá ser efetuada a qualquer época durante a vigência do contrato, visando ao rigoroso cumprimento das obrigações assumidas;

10.1.11 Comunicar à PPSA qualquer anormalidade que venha a impactar na prestação dos serviços relacionados neste Termo de Referência;

10.1.12 Executar os serviços em conformidade com a programação estabelecida pela PPSA, orientando seus empregados a executarem suas tarefas com presteza, rapidez e eficiência;

10.1.13 Atender prontamente às determinações, orientações, solicitações e reclamações por parte da PPSA, prestando todos os esclarecimentos solicitados, ou na impossibilidade, enviar justificativa por escrito;

Título:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:

TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO

05/04/2023 – 04/05/2023

10.1.14 Manter sigilo profissional das informações a que tenha acesso e se responsabilizar pelo mesmo sigilo no que diz respeito aos seus empregados, ressalvados os casos previstos para o exercício profissional de auditor determinados em lei;

10.1.15 Responder por todos os ônus referentes aos serviços ora contratados, responsabilizando-se pelos salários dos seus empregados, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegure, e demais exigências legais para o exercício das atividades deste Termo de Referência;

10.1.16 Responsabilizar-se por eventuais indenizações decorrentes de quaisquer danos ou prejuízos causados à PPSA e/ou a terceiros, por ação ou omissão própria ou de qualquer de seus empregados ou prepostos;

10.1.17 Responder por qualquer ação judicial movida por terceiros, com base na legislação em vigor, relacionada com os serviços objeto do contrato;

10.1.18 Reunir-se sempre que convocado, com os responsáveis pela fiscalização do contrato, para tratar de assuntos pertinentes a esta contratação;

10.1.19 Encaminhar as minutas dos relatórios, previamente, para avaliação da PPSA as informações, observações e recomendações expedidas, elaborando o texto final após a apreciação da PPSA;

10.1.20 Emitir relatórios diversos relativos ao objeto do contrato, em conformidade com o subitem 4.2, atendendo à demanda com a PPSA;

10.1.21 Encaminhar diretamente à Diretoria de Administração, Finanças e Comercialização da PPSA os relatórios, cartas e memorandos emitidos, sendo certo que o fornecimento de cópia desses documentos a terceiros fica condicionado a autorização e instruções prévias formais da PPSA;

10.1.22 Prestar, por escrito, esclarecimentos sobre os seus Relatórios, quando solicitados pela Administração Superior da PPSA;

10.2 Quanto às condições de habilitação:

10.2.1 Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

10.3. Atendimento à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“LGPD”):

10.3.1. A CONTRATADA se compromete a observar, cumprir e respeitar, na sua integralidade, as normas de proteção e de tratamento de dados pessoais (“Dados”), conforme o disposto na legislação de proteção de dados pessoais vigentes e aplicáveis, identificadas como as “Leis de Proteção de Dados”, se vinculando integralmente a, exemplificativamente:

a) Realizar tratamento, guarda e transmissão de Dados com finalidade, aplicação e respeito aos princípios e direitos fundamentais assegurados ao titular de Dados;

Título:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:

TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO

05/04/2023 – 04/05/2023

b) Manter procedimentos internos condizentes com as melhores práticas para governança e a segurança dos Dados que são armazenados ou utilizados e porventura compartilhados com a PPSA, bem como observar garantir que seus projetos e/ou produtos são criados levando em conta as diretrizes e princípios da privacidade desde a concepção (“privacy by design”);

c) Cumprir integralmente com os deveres dos agentes de tratamento que as Leis de Proteção de Dados lhe imputam, principalmente no que se refere à coleta do consentimento e existência de hipótese legal para tratamento dos Dados, e. g. com termos de uso e políticas de privacidades transparentes, adequadas e claras, considerando sempre a finalidade e demais princípios que justificam sua coleta, disponibilização e/ou tratamento;

d) Sempre aplicar em contratos, documentos e/ou acordos, escritos ou verbais, porventura firmados com quaisquer terceiros ou qualquer das suas afiliadas e/ou subsidiárias, cláusulas semelhantes a essa, no intuito de disseminar a cultura do tratamento seguro de Dados e em conformidade com as Leis de Proteção de Dados.

10.3.2. A CONTRATADA compromete-se a manter a PPSA absolutamente indene de qualquer dano, prejuízo ou penalidade que possa vir a sofrer em decorrência de eventual infração às Leis de Proteção de Dados perpetrada pela CONTRATADA.

10.3.3. Caso ocorra qualquer incidente na CONTRATADA envolvendo os dados tratados juntamente com a PPSA (como violação de segurança, acessos não autorizados, perda, destruição, etc.), a CONTRATADA deverá comunicar formalmente o fato por meio do endereço eletrônico da DPO (dpo@ppsa.com.br) em até 24h (vinte e quatro) horas, comprometendo-se, ainda, a auxiliar a PPSA em quaisquer questões envolvendo dados pessoais tratados entre as organizações.

10.3.4. A CONTRATADA compromete-se que, ao subcontratar atividades envolvendo os dados pessoais, realizará contrato escrito contendo as mesmas obrigações impostas por este contrato em relação à CONTRATADA, inclusive quanto às medidas técnicas e de segurança das informações/dados pessoais que o subcontratado deverá implementar.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Com fundamento nos arts. 129 e 130 do Regulamento Interno de Licitação e Contratos da PPSA, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de descumprimento contratual, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, assim considerado pela Administração, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

Título:
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA
INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:
TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO
05/04/2023 – 04/05/2023

b) Multa de:

b.1) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da PPSA, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença ;

b.2) 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior a 15 (quinze) dias, ou de inexecução parcial da obrigação assumida; e

b.3) 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitações e de contratar com a PPSA, por um período de até 02 (dois) anos;

11.2. Conforme art. 84 da Lei nº 13.303/2016, as sanções previstas no item 11.1 acima poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão do contrato:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a PPSA em virtude de atos ilícitos praticados.

11.3. Conforme art. 185 da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se, ainda, as disposições do Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal).

11.4. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

12. PRAZOS DE MOBILIZAÇÃO, EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

12.1 O prazo de mobilização do pessoal técnico necessário para o início da prestação dos serviços é de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato. O prazo de mobilização do pessoal técnico necessário para o início da execução dos trabalhos de auditoria trimestral ao longo do contrato é de até 05 (cinco) dias úteis.

12.1.1 A primeira reunião de trabalho **(Kick-off)**, que será realizada no Escritório Central da PPSA, localizado na cidade do Rio de Janeiro, em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, dentro do primeiro prazo de mobilização mencionado no subitem 12.1 acima.

12.2 O prazo de execução será de 51 (cinquenta e um) meses e o de vigência será de 53 (cinquenta e três) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato.

Título:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:

TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO

05/04/2023 – 04/05/2023

13. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E/OU REAJUSTAMENTO DE PREÇOS DO CONTRATO**13.1. Equilíbrio Econômico-Financeiro do contrato:**

13.1.1. A PPSA e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em consonância com o inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal, a ser realizado mediante reajuste ou revisão de preços, para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contrato e a retribuição da PPSA para a justa remuneração da CONTRATADA, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

13.2. A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da PPSA ou mediante solicitação da CONTRATADA, quando ocorrer fato imprevisível ou previsível, porém, de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no instrumento contratual, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja alocado à CONTRATADA, nos termos da Matriz de Riscos, prevista no Anexo III deste Termo de Referência, respeitando-se o seguinte:

- a) a CONTRATADA deverá formular à PPSA o requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;
- b) a comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta ou do último reajuste e do momento do pedido de revisão; e
- c) com o requerimento, a CONTRATADA deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta ou do último reajuste e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

13.3. Independentemente de solicitação, a PPSA poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, ou de itens que compõem o custo, cabendo à CONTRATADA apresentar as informações solicitadas pela PPSA.

Título:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:

TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO

05/04/2023 – 04/05/2023

13.4. Reajustamento de Preços:

13.4.1. Os preços dos serviços contratados, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data limite para apresentação da proposta, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (“IPCA”), mantido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IBGE”), acumulado em 12 (doze) meses. Na impossibilidade, por qualquer motivo, de utilização do IPCA, adotar-se-á, para fins de cálculo do reajuste, outro índice publicado por instituição idônea, a critério da PPSA, e que melhor reflita a inflação ocorrida no período. A eventual utilização de outro índice, na forma aqui prevista, não representa a renúncia da adoção do IPCA, o qual poderá ser utilizado em reajuste futuro.

13.5. Os reajustes serão formalizados por meio de Apostilamento.

14. CONFIDENCIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

14.1. Todas as informações decorrentes da prestação dos serviços relacionados ao objeto contratual serão consideradas “Informações Confidenciais” e serão objeto de sigilo, salvo se expressamente estipulado em contrário pela PPSA.

14.2. A CONTRATADA se compromete a guardar confidencialidade e a não utilizar qualquer tipo de Informação Confidencial para propósitos estranhos àqueles definidos neste Termo de Referência e no contrato a ser celebrado.

14.3. A CONTRATADA se compromete a adotar as medidas necessárias para que seus diretores, empregados, prepostos ou prestadores de serviço que estejam, direta ou indiretamente, envolvidos com a prestação dos serviços contratados, que precisem conhecer a Informação Confidencial, mantenham sigilo sobre ela, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas deste item 14 sejam efetivamente observadas, apresentando a PPSA as declarações nesse sentido.

14.4. A obrigação de confidencialidade é permanente e se manterá em vigor durante o prazo de vigência do contrato a ser celebrado e após o seu término.

14.5. A divulgação de qualquer Informação Confidencial somente será possível, mediante prévia e expressa autorização por escrito da PPSA ou quando requerida pelas Autoridades Governamentais, Administrativas e/ou Judiciárias e, nesses casos, a CONTRATADA deverá reportar o fato imediatamente à PPSA.

14.6. O não cumprimento da obrigação de confidencialidade estabelecida neste item 14 sujeitará a CONTRATADA ao pagamento das perdas e danos comprovadamente sofridos pela PPSA, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis decorrentes de sua violação.

14.7. A CONTRATADA obriga-se a devolver, à PPSA, todo o material e arquivos que contenham Informações Confidenciais tão logo sejam solicitados, ou ocorra a rescisão, ou o término da vigência do contrato a ser celebrado.

Título:

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:

TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO

05/04/2023 – 04/05/2023

15 – DAS DECLARAÇÕES E GARANTIAS ANTICORRUPÇÃO

15.1. A CONTRATADA declara que está ciente e entende os termos da legislação anticorrupção brasileira, especialmente da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 8.420/2015, da Lei nº 13.303/2016 e do Decreto nº 8.945/2016, bem como de outras normas anticorrupção constantes do ordenamento jurídico.

15.2. A CONTRATADA declara que está ciente e entende a incidência e as consequências da incidência da legislação anticorrupção sobre o objeto do presente contrato e se compromete a abster-se da prática de atos que constituam violação aos normativos supramencionados.

15.2.1. A CONTRATADA se obriga, por si e por seus administradores, diretores, empregados e agentes, bem como por sócios que venham a agir em seu nome, a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

a) Na execução deste contrato, nem a CONTRATADA, nem qualquer de seus administradores, diretores, empregados e agentes, bem como sócios que venham a agir em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento, direto ou indireto, de dinheiro ou coisa de valor a qualquer pessoa física ou jurídica com a finalidade de influenciar ato ou decisão de qualquer pessoa física ou jurídica, ou para assegurar vantagem indevida, ou que violem as disposições dessa cláusula ou da legislação brasileira.

15.2.2. A CONTRATADA deverá, obrigatoriamente, comunicar alteração na direção ou gestão da empresa, bem como comunicar qualquer ilícito em que esteja envolvida.

15.2.3. Caso não possua um código de conduta próprio ou normativo com a mesma finalidade, a CONTRATADA declara, por si e por seus administradores, diretores, empregados e agentes, bem como por sócios que venham a agir em seu nome, que tem conhecimento, concorda e que agirá de acordo com os termos do Código de Conduta e Integridade da PPSA, parte integrante deste contrato.

Link: Código de Conduta e Integridade da PPSA:

http://www.presalpetroleo.gov.br/ppsa/conteudo/codigo_conduta_integridade.pdf

15.2.4. Em caso de subcontratação, a CONTRATADA compromete-se a exigir dos subcontratados o cumprimento das obrigações dessa cláusula.

16.2.5. A CONTRATADA declara que:

a) não violou, está violando ou violará os termos dessa cláusula; e

b) conhece as consequências de tal violação.

15.2.6. O descumprimento dessa cláusula pela CONTRATADA poderá ensejar a rescisão imediata do presente instrumento, independentemente de prévia notificação, sem prejuízo das demais penalidades previstas nesse contrato.

16. ANEXO**16.1 Matriz de Riscos**

Título:
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA
INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:
TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO
05/04/2023 – 04/05/2023

Elaborado por	Aprovado por
Alessandro Ramos Barreto Gerente de Controle e Finanças	Samir Passos Awad Diretor de Administração, Finanças e Comercialização

ANEXO I – MATRIZ DE RISCOS

Categoria do Risco	Descrição	Consequência	Medidas Mitigadoras	Alocação do Risco
Risco da PPSA descumprir suas obrigações legais devido ao inadimplemento da CONTRATADA.	Registro contábil das operações segundo Lei nº 6.404/1976, bem como cumprir obrigações fiscais principais e acessórias no âmbito das esferas federal, estadual e municipal.	Ocorrência de autuações fiscais com multas e penalidades.	Penalidades	Contratado
Risco atinente ao tempo de execução.	Atraso em geral na execução do objeto contratual por culpa do contratado.	Indisponibilidade de serviços completo ou parcial.	Diligência do contratado na execução contratual.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do Contrato próprios do risco ordinário da atividade empresarial ou da execução	Indisponibilidade de serviços parcial ou completo.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Fatos retardadores ou impeditivos da execução do contrato que não estejam na sua área ordinária, tais como “ <i>fato do príncipe</i> ”, caso fortuito ou de força maior, bem	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Revisão de preço.	PPSA

Título:
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA
INDEPENDENTE PARA OS EXERCÍCIOS DE 2023 A 2026.

Número:
TR.DAFC.008/2023

ELABORADO em REVISÃO
05/04/2023 – 04/05/2023

	como o retardamento determinado pela PPSA, que comprovadamente repercute no preço do contratado			
	Atraso em geral na entrega de documentações que impossibilitem o pagamento.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
Risco da Atividade Empresarial	Alteração de enquadramento tributário, em razão do resultado ou de mudança da atividade empresarial, bem como por erro do Contratado na avaliação da hipótese de incidência tributária.	Aumento ou diminuição do lucro do Contratado.	Revisão de preço.	Contratado
	Elevação dos custos operacionais, quando superior ao índice de reajuste previsto no Contrato.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
	Elevação do volume de lançamentos contábeis estimados pela Proponente, em razão de variação do volume estimado de eventos econômicos e financeiros conforme Termo de Referência.	Aumento do custo do produto e/ou do serviço.	Planejamento empresarial.	Contratado
Risco na Execução	Falta de habilidade técnica.	Atraso na entrega de tarefas e aumento do custo do serviço	Substituir, temporariamente, os profissionais para treinamento ou substituí-los permanentemente.	Contratado
	Alteração de membro de equipe.	Demora na retomada do trabalho após troca do membro.	Realização de passagem de conhecimento para o novo membro com no mínimo 2 meses de antecedência.	Contratado